



LEI Nº 4.104 DE 22 DE MAIO DE 1987

Altera dispositivos da Lei nº 3.783, de 16.12.80 e dá outras providências.

*Dei que criou
o INTERPI.*

O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 5º, 8º e 9º da Lei nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a criação do Instituto de Terras do Piauí - INTERPI passam a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - A estrutura organizacional do INTERPI compreende:

- I - Conselho de Administração;
- II - Conselho Fiscal;
- III - Presidência;
- IV - Procuradoria Jurídica;
- V - Diretoria de Administração;
- VI - Diretoria de Finanças;
- VII - Diretoria Técnica;
- VIII - Diretoria de Recursos Fundiários.

.....

PUBLICADO

Diário Oficial nº 94

Data: 22.5.87

Ass. do responsável



40

LEI Nº 4.104 DE 22 DE MAIO DE 1987

Altera dispositivos da Lei nº 3.783, de
16.12.80 e dá outras providências.

De lei que criou
o INTERPI.

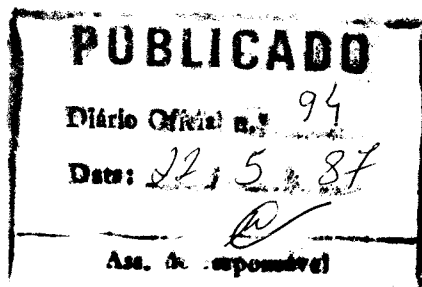
O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 5º, 8º e 9º da Lei nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a criação do Instituto de Terras do Piauí - INTERPI passam a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - A estrutura organizacional do INTERPI compreende:

- I - Conselho de Administração;
 - II - Conselho Fiscal;
 - III - Presidência;
 - IV - Procuradoria Jurídica;
 - V - Diretoria de Administração;
 - VI - Diretoria de Finanças;
 - VII - Diretoria Técnica;
 - VIII - Diretoria de Recursos Fundiários.
-





LEI Nº 4.104 DE 22 DE MAIO DE 1987

Altera dispositivos da Lei nº 3.783, de 16.12.80 e dá outras providências.

O Governador do Estado do Piauí

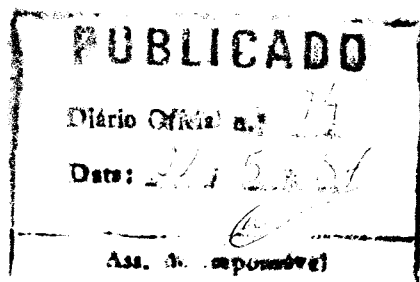
FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 5º, 8º e 9º da Lei nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a criação do Instituto de Terras do Piauí - INTERPI passam a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - A estrutura organizacional do INTERPI compreende:

- I - Conselho de Administração;
- II - Conselho Fiscal;
- III - Presidência;
- IV - Procuradoria Jurídica;
- V - Diretoria de Administração;
- VI - Diretoria de Finanças;
- VII - Diretoria Técnica;
- VIII - Diretoria de Recursos Fundiários.

.....



43


Art. 8º - O cargo de Presidente do INTERPI é de livre nomeação do Governador do Estado, em comissão, e o de Chefe da Procuradoria Jurídica será provido em comissão, recaiando a escolha do primeiro na pessoa de técnico com experiência em assuntos fundiários e do segundo na de bacharel em Direito portador de comprovada experiência no foro em geral.

Art. 9º - Os cargos de Diretor de Administração, Diretor de Finanças, Diretor Técnico e Diretor de Recursos Fundiários serão de provimento em comissão, nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de reconhecida experiência técnica e profissional."

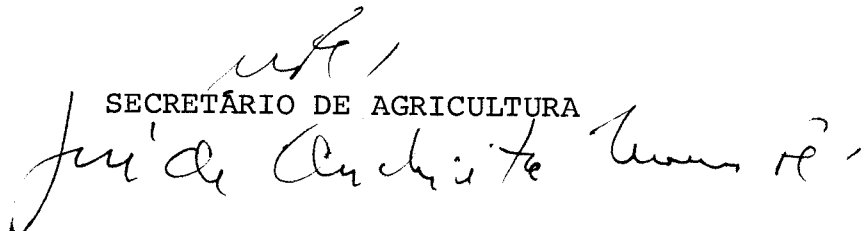
Art. 2º - A competência e as atribuições das novas Diretorias do INTERPI, serão definidas no Estatuto daquele órgão.

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina - Piauí, 22 de março de 1987.


GOVERNADOR DO ESTADO


SECRETÁRIO DE GOVERNO


SECRETÁRIO DE AGRICULTURA



40

LEI Nº 4.104 DE 22 DE MAIO DE 1987

Altera dispositivos da Lei nº 3.783, de
16.12.80 e dá outras providências.

Declarando que criou
o INTERPI.

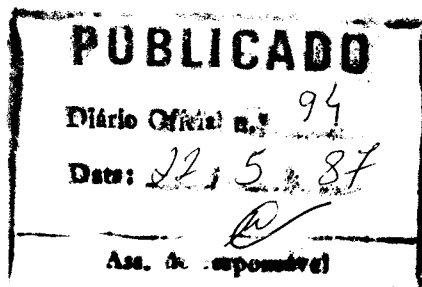
O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 5º, 8º e 9º da Lei nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a criação do Instituto de Terras do Piauí - INTERPI passam a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - A estrutura organizacional do INTERPI compreende:

- I - Conselho de Administração;
- II - Conselho Fiscal;
- III - Presidência;
- IV - Procuradoria Jurídica;
- V - Diretoria de Administração;
- VI - Diretoria de Finanças;
- VII - Diretoria Técnica;
- VIII - Diretoria de Recursos Fundiários.



4


Art. 8º - O cargo de Presidente do INTERPI é de livre nomeação do Governador do Estado, em comissão, e o de Chefe da Procuradoria Jurídica será provido em comissão, recaindo a escolha do primeiro na pessoa de técnico com experiência em assuntos fundiários e do segundo na de bacharel em Direito portador de comprovada experiência no foro em geral.

Art. 9º - Os cargos de Diretor de Administração, Diretor de Finanças, Diretor Técnico e Diretor de Recursos Fundiários serão de provimento em comissão, nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de reconhecida experiência técnica e profissional."

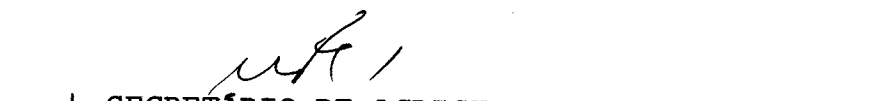
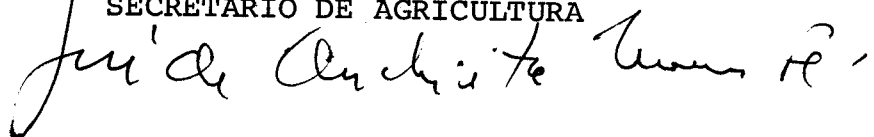
Art. 2º - A competência e as atribuições das novas Diretorias do INTERPI, serão definidas no Estatuto daquele órgão.

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina - Piauí, 22 de maio de 1987.


GOVERNADOR DO ESTADO


SECRETÁRIO DE GOVERNO


SECRETÁRIO DE AGRICULTURA


4


Art. 8º - O cargo de Presidente do INTERPI é de livre nomeação do Governador do Estado, em comissão, e o de Chefe da Procuradoria Jurídica será provido em comissão, recaiando a escolha do primeiro na pessoa de técnico com experiência em assuntos fundiários e do segundo na de bacharel em Direito portador de comprovada experiência no foro em geral.

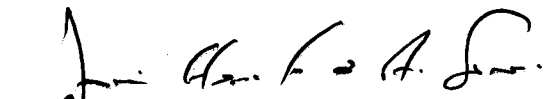
Art. 9º - Os cargos de Diretor de Administração, Diretor de Finanças, Diretor Técnico e Diretor de Recursos Fundiários serão de provimento em comissão, nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de reconhecida experiência técnica e profissional."

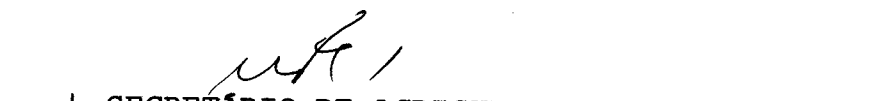
Art. 2º - A competência e as atribuições das novas Diretorias do INTERPI, serão definidas no Estatuto daquele órgão.

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina - Piauí, 22 de maio de 1987.


GOVERNADOR DO ESTADO


SECRETÁRIO DE GOVERNO


SECRETÁRIO DE AGRICULTURA
